

## Relatório da Administração - Exercício Social de 2018

**I. Introdução**

A Diretoria-Executiva da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração, que destaca as principais ações desenvolvidas pela empresa, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas referentes à situação patrimonial e financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Ao presente relatório se incorporam os pareceres da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal.

**II. Mensagem da Diretoria**

O cenário macroeconômico apresenta-se bastante sensível. A estimativa de um déficit fiscal acentuado exige, de toda a sociedade, esforços a fim de mitigar os efeitos adversos e retomar o crescimento. Neste sentido, as empresas públicas devem atuar com grande responsabilidade na adoção de medidas saneadoras e na reversão das tendências negativas.

É indiscutível a força do agronegócio brasileiro como impulsionador da recomposição econômica e, da mesma proporção, do potencial de contribuição da Conab ao setor agropecuário, como integrante do núcleo de inteligência do Governo no sistema de informação e conhecimento para agricultura, abastecimento e segurança alimentar e nutricional.

A Conab, enquanto estatal dependente do Tesouro, enfrenta também o desafio de rever sua estrutura orgânica e operacional, reavaliar e racionalizar sua atuação e ajustar processos por meio da adoção de ações concretas.

A Companhia vem diuturnamente reformas concretas e disseminação uma cultura organizacional cujos princípios sejam ampla e facilmente percebidos, de forma a captar a adesão de todos os colaboradores. Acreditamos que o processo de mudança exige uma dose superior de clarividência, arrojo e habilidade. Portanto, essas iniciativas, com a conscientização e mobilização do corpo diretivo e do corpo técnico, impulsionarão a empresa da crise para a oportunidade, fortalecendo a essência institucional prevista em sua missão de “promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas”.

A Conab é uma empresa atuante em diversas frentes, que se reinventou ao longo dos anos, de acordo com as necessidades do campo e com as políticas públicas voltadas para o meio rural. A Conab está onde se faz necessária, ocupando espaços onde a iniciativa privada não pode ou não consegue atuar. O trabalho da Conab não é nem pode ser compreendido visando apenas ao lucro econômico. A Companhia trabalha para alcançar ganhos muito mais profundos para a sociedade.

Nos últimos anos, na execução de sua missão, a Conab contribuiu para enormes avanços dos níveis socioeconômicos experimentados pelas populações de menor poder aquisitivo, com a execução das políticas públicas voltadas ao meio rural. Além disso, cumpre ressaltar que a Companhia vem priorizando a geração de inteligência agropecuária, por meio da publicação de estudos e análises prospectivas e de tendências, fornecendo dados para a tomada de decisão dos agentes de mercado e para a definição de estratégias de Governo voltadas aos setores agrícola e do abastecimento.

Na busca pela excelência, a Conab tem aprimorado o modelo de governança corporativa, que mereceu avaliação positiva da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – alcançando por duas vezes consecutivas em 2018 o nível 1 do índice IG-Sest.

É fundamental reconhecer que tanto os resultados já alcançados quanto as melhorias em processamento passam pela atuação de um corpo funcional preparado, que responde com eficiência, eficácia e efetividade às demandas do dia a dia. Assim, expressamos o reconhecimento e gratidão pelo esforço e dedicação do corpo funcional em construir a empresa que almejamos. Acreditamos que o aperfeiçoamento contínuo e a busca por objetivos comuns transformam tanto os indivíduos quanto as organizações.

Aos nossos clientes, fornecedores e demais parceiros da sociedade civil e do setor público, agradecemos pela confiança e reconhecimento ao nosso trabalho, bem como pelo desafio permanente de oferecer respostas cada vez melhores para aquilo que nos é demandado.

Por fim, expressamos também nossos agradecimentos aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, pelas orientações e fiscalização no sentido de sanear e prevenir eventuais desvios de percurso; e à Presidência de República e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo apoio foi decisivo para as transformações que estamos executando.

A Diretoria

**III. A Empresa**

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, é uma empresa pública de direito privado vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o Território Nacional

**1. Sua natureza jurídica**

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, é uma empresa pública de direito privado, de capital fechado, constituída nos termos do art.19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, regida pelas Leis n.º 6.404/1976 e n.º 13.303/2016, Decreto n.º 8.945/2016 e pelo seu Estatuto Social.

**2. Sua Missão**

A Conab tem como missão institucional “Promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas”.

**3. Seu objetivo social**

A Conab tem por objeto social:

a) Garantir ao pequeno e médio produtor rural os preços mínimos e armazenagem para guarda e conservação de seus produtos.

b) Suprir carências alimentares em áreas desassistidas ou não suficientemente atendidas pela iniciativa privada.

c) Fomentar o consumo de produtos básicos e necessários à dieta alimentar das populações carentes.

d) Formar estoques reguladores e absorver excedentes e corrigir desequilíbrios decorrentes de manobras especulativas.

e) Participar da formulação de política agrícola.

f) Fomentar, através de intercâmbio com universidades, centros de pesquisas e organismos internacionais, a formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado em atividades relativas ao setor de abastecimento.

g) Assistir, mediante a doação de alimentos disponíveis em seus estoques, às comunidades e famílias atingidas por desastres naturais em Municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pelo Poder Executivo Federal.

**4. Seus objetivos**

a) Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal.

b) Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários.

c) Executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária.

d) Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários.

e) Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas e abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno.

f) Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências.

g) Participar da formulação da política agrícola.

h) Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

**IV. Governança Corporativa, estrutura organizacional e força de trabalho****1. Governança Corporativa**

A Conab adota, sistematicamente, práticas de governança corporativa, seguindo procedimentos de gestão compatíveis com as normas do setor e garantindo padrões de transparência.

**2. Assembleia Geral**

Constitui-se no órgão máximo da Companhia, com poderes de deliberação sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia, nos termos das Leis N.ºs 6.404/1976 e 13.303/2016, do Decreto N.º 8.945/2016, e demais diplomas legais aplicáveis à espécie. É composta pelos acionistas com direito a voto, e os trabalhos dirigidos pelo Diretor-Presidente da Conab ou pelo substituto que este vier a designar.

**3. Órgãos Estatutários**

A estrutura orgânica da Conab contempla o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, como também os Comitês Estatutários. Ainda conta com a Auditoria Interna, Corregedoria e Ouvidoria, e sua gestão é também auditada pela CGU e TCU.

### 3.1. Conselho de Administração

Órgão de natureza colegiada e com autonomia dentro de suas prerrogativas e responsabilidades fixadas pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social, como também do disposto na Lei das Estatais e nas diretrizes OCDE. Sua principal atribuição é a de fixar as diretrizes estratégicas da Companhia e supervisionar os atos de gestão. Conta com a seguinte composição:

a) Cinco membros indicados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo dois Conselheiros independentes.

b) Um membro representante dos empregados, nos termos da Lei N.º 12.353/2010.

c) Um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

### 3.2. Diretoria Executiva

Composta pelo Diretor-Presidente e quatro Diretores-Executivos, é o órgão executivo de administração e representação, com a incumbência de assegurar o funcionamento regular da Companhia, de conformidade com as diretrizes e orientações emanadas do Conselho de Administração.

a) Diretor-Presidente

b) Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

c) Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

d) Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações

e) Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

### 3.3. Conselho Fiscal

Órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. É composto de três membros efetivos e respectivos suplentes, indicados pelas instâncias a seguir explicitadas:

a) Um membro indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional, servidor de carreira permanente da Administração Pública.

b) Dois membros indicados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

### 4. Força de Trabalho

Em 31/12/2018 a Companhia contava com uma força de trabalho representada por 4.072 colaboradores, em contraposição a 3.903 de 31/12/2017.

Tabela 1 - Quadro por situação funcional

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		
	31/12/2018	31/12/2017	VARIACÃO
QUADRO PERMANENTE	4.015	3.851	164
Em efetivo exercício	3.229	3.027	202
À disposição de outros órgãos	702	729	(27)
Licenciados	84	95	(11)
EXTRA QUADRO	57	52	5
Diretores	3	3	0
Conselheiros	13	7	6
Assessores/Gestores	40	41	-1

Continua...

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE		
	31/12/2018	31/12/2017	VARIACÃO
Requisitados	1	1	0
TOTAL	4.072	3.903	169

Fonte: Conab

### V. Principais indicadores econômico-financeiros

Tabela 2 - Resultados

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	JAN/DEZ -18	JAN/DEZ -17	
Resultado Bruto Operacional	28.336	63.233	(55,19)
Resultado Operacional antes das subvenções	(905.559)	(1.062.843)	(14,80)
Resultado Operacional	(16.715)	(23.422)	(28,64)
Resultado Líquido antes do IRPJ e CSLL	(6.097)	(20.376)	(70,08)
Resultado Líquido após IR e CSLL	(6.097)	(20.376)	(70,08)

Fonte: Conab

Tabela 3 - Receitas Operacionais

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	JAN/DEZ -18	JAN/DEZ -17	
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	302.703	515.243	(41,25)
Receita de Vendas	271.425	481.446	(43,62)
Receita de Serviços	31.278	33.797	(7,45)
RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	104.593	61.105	71,17
SUBTOTAL	407.296	576.348	(29,33)
SUBVENÇÕES DO TESOIRO	899.462	1.042.467	(13,72)
TOTAL	1.306.758	1.618.815	(19,28)

Fonte: Conab

Tabela 4 - Despesas Operacionais

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	JAN/DEZ -18	JAN/DEZ -17	
DESPESAS OPERACIONAIS	1.061.300	1.184.135	(10,37)
Pessoal e Encargos	845.574	963.364	(12,23)
Comerciais e Administrativas	215.726	220.771	(2,29)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	18.619	18.891	(1)
TOTAL DAS DESPESAS	1.079.919	1.203.026	(10,23)

Fonte: Conab

Tabela 5 - Capital Circulante Líquido

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	31/12/2018	31/12/2017	
Ativo Circulante	1.169.173	1.589.820	(26,46)
(-) Passivo Circulante	1.604.828	2.060.281	(22,11)
Capital Circulante Líquido	(435.655)	(470.461)	(7,40)

Fonte: Conab

### Tabela 6 - Índices de liquidez

DISCRIMINAÇÃO	QUOCIENTES		VARIACÃO %
	31/12/2018	31/12/2017	
Liquidez Geral	1,1112	1,0796	2,93
Liquidez Corrente	0,7285	0,7716	(5,59)
Liquidez Seca	0,3340	0,2617	27,63
Líquides Imediata	0,1454	0,1682	(13,56)

Fonte: Conab

Tabela 7 - Indicadores econômico-financeiros - Indicadores de estrutura e endividamento

DISCRIMINAÇÃO	QUOCIENTES		VARIACÃO %
	31/12/2018	31/12/2017	
Participação do Capital de Terceiros	4,3537	5,4956	(20,78)
Composição do Endividamento	0,9976	0,9981	(0,05)
Imobilização do Capital Próprio	0,5260	0,5513	(4,59)

Fonte: Conab

### VI. Desempenho Corporativo

#### 1. Estrutura de resultados

##### 1.1. Resultado econômico

Sob o ponto de vista do resultado econômico consolidado (antes do IRPJ e CSLL), este se traduziu em um déficit da ordem de R\$6.097 mil. Entretanto, em relação 2017, houve uma recuperação acentuada, posto que, naquele exercício, o déficit apurado atingiu o patamar de R\$20.376 mil.

Tabela 8 - Demonstração do resultado econômico

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		DIFERENÇA	
	2018	2017	R\$ MIL	%
Receita Bruta de Vendas e Serviços	302.703	515.243	(212.540)	(41,25)
Receita de Vendas	271.425	481.446	(210.021)	(43,62)
Receitas de Serviços	31.278	33.797	(2.519)	(7,45)
(-) Deduções	15.722	52.255	(36.533)	(69,91)
Receita Líquida de Vendas/Serviços	286.981	462.988	(176.007)	(38,02)
(-) Custo das Vendas e Serviços	258.645	399.755	(141.110)	(35,30)
Resultado Bruto Operacional	28.336	63.233	(34.897)	(55,19)
(-) Despesas Operacionais	1.061.300	1.184.136	(122.836)	(10,37)
Pessoal e Encargos	845.574	963.364	(117.790)	(12,23)
Comerciais e Administrativas	215.726	220.772	(5.046)	(2,29)
(+) Outras Receitas Operacionais	104.593	61.105	(5.046)	71,17
Resultado Operacional Parcial	(928.371)	(1.059.797)	(112.744)	(12,40)
(+) Subvenções do Tesouro	899.462	1.042.467	(143.005)	(13,72)

Continua...

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		DIFERENÇA	
	2018	2017	R\$ MIL	%
Resultado Operacional	(28.909)	(17.330)	(11.579)	66,81
(+/-) Outros Resultados	22.812	(3.046)	25.858	(848,92)
Resultado Antes do IRPJ e CSLL	(6.097)	(20.376)	14.279	(70,08)
Provisão para IRPJ e CSLL	-	-	-	-
Resultado Após IRPJ e CSLL	(6.097)	(20.376)	14.279	(70,08)

Fonte: Conab

## 1.2. Comportamento da Receita Operacional Bruta

Tabela 9 - Comportamento da receita operacional Bruta

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018		EXERCÍCIO 2017		VARIACÃO %
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	302.703	74,32	515.243	89,40	(41,25)
De Vendas	271.425	66,64	481.446	83,53	(43,62)
De Serviços	31.278	7,68	33.797	5,86	(7,45)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	104.593	25,68	61.105	10,60	71,17
Transferências Financeiras	(9.214)	(2,26)	(78.615)	(13,64)	(88,28)
Multas e Juros de Mora	10.766	2,64	13.748	2,39	(21,69)
Indenizações e Restituições	16.865	4,14	11.724	2,03	43,85
Outras	86.176	21,16	114.248	19,82	(24,57)
<b>TOTAL</b>	<b>407.296</b>	<b>100,00</b>	<b>576.348</b>	<b>100,00</b>	<b>(29,33)</b>

Fonte: Conab

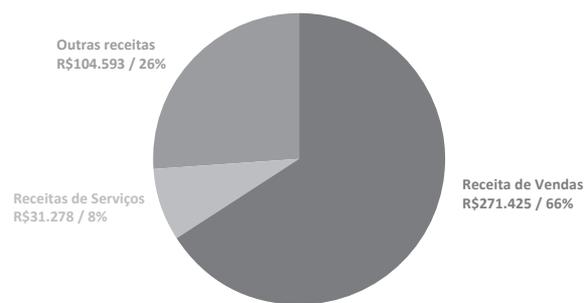
De um exercício para outro, a Receita Bruta de Vendas e Serviços experimentou uma variação negativa de 41,25%, passando de R\$515.243 mil para R\$302.703 mil.

Por outro lado, constata-se que a receita de vendas derivada exclusivamente das operações relacionadas à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM caiu do patamar de R\$481.446 mil para R\$271.425, o que representou um decréscimo nominal de 43,62%. A análise de tais ingressos sob o ponto de vista das variações monetárias não podem ser focada exclusivamente sob o ponto de vista mercantil, porquanto tais operações estão vinculadas aos ditames das políticas voltadas aos setores agrícola e do abastecimento, e a comercialização dos estoques está atrelada à necessidade de intervenções eventuais no mercado.

Portanto, a comercialização dos produtos dos estoques governamentais está sujeita às flutuações de mercado, quando exige a intervenção governamental, de forma a arrefecer os desequilíbrios entre oferta versus demanda, daí a razão das bruscas oscilações na série histórica no processo de comercialização dos estoques governamentais.

Já a receita advinda da prestação de serviços (armazenagem e aluguéis), experimentou uma retração de 7,45% a preços correntes, com uma participação de 7,68% sobre o conjunto das receitas operacionais.

Gráfico 1 - Composição da Receita Operacional Bruta - 2018 - Em R\$ Mil



Fonte: Conab

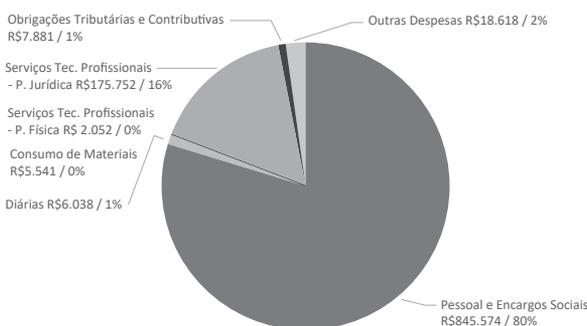
## 1.3. Comportamento das Despesas Operacionais

Tabela 10 - Comportamento das Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018		EXERCÍCIO 2017		VARIACÃO %
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	
PESSOAL E ENCARGOS	845.574	79,67	963.364	81,36	(12,23)
COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	215.726	20,33	220.771	18,64	(2,29)
Financeiras	(156)	(0,01)	(116)	(0,01)	34,48
Consumo de Materiais	5.541	0,52	4.542	0,38	21,99
Diárias	6.038	0,57	4.329	0,37	39,48
Serviços Técnico-Profissionais - P.Física	2.052	0,19	2.319	0,20	(11,51)
Serviços Técnico-Profissionais - P.Jurídica	175.752	16,56	180.784	15,27	(2,78)
Obrigações Tributárias e Contributivas	7.881	0,74	10.022	0,85	(21,36)
Outras Despesas Operacionais	18.618	1,75	18.891	1,60	(1,45)
<b>TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.061.300</b>	<b>100,00</b>	<b>1.184.135</b>	<b>100,00</b>	<b>(10,37)</b>

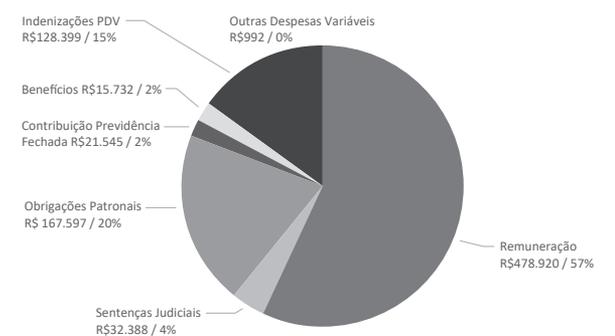
Fonte: Conab

Gráfico 2 - Composição das despesas operacionais – 2018- em R\$Mil



Fonte: Conab

Gráfico 3 - Composição das despesas com pessoal - 2018 - em R\$Mil



Fonte: Conab

## 2. Estrutura e Evolução Patrimonial

### 2.1. Estrutura do Ativo

Na comparação com o saldo posicionado em 31.12.2017, os valores do Ativo experimentaram um decréscimo nominal de 18,92%, tendo como principal fato gerador dessa performance a desaceleração de 40,24 % (R\$422.767 mil) ocorrida nos estoques.

Como é próprio do setor de atividades no qual se insere a Companhia, sua principal aplicação se concentra no Ativo Circulante, o qual sofreu uma retração de 26,46%, tendo como principal fato gerador a redução dos estoques que, conforme evidenciado, na proporção de 40,24% a preços correntes.

Tabela 11 - Estrutura do ativo

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VAR. %
	31.12.2018	31.12.2017	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.169.173</b>	<b>1.589.820</b>	<b>(26,46)</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	233.381	178.328	30,87
Aplicações Financeiras	1.067	1.159	(7,94)
Limite de Saque c/vinculação de Pagamento	232.314	177.169	31,13
Créditos de Curto Prazo	27.486	12.637	117,50
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	280.459	348.232	(19,46)
Adiantamentos Concedidos	6.637	6.508	1,98
Tributos a Recuperar/Compensar	195.284	215.827	(9,52)
Outros Créditos	78.538	125.897	(37,62)
Estoques	627.842	1.050.609	(40,24)
Mercadorias para Revenda	508.596	830.697	(38,77)
Compra Antecipada - E. Futura	114.229	217.957	(47,59)
Outros	5.017	1.955	156,62
Outros Créditos	5	14	(64,29)
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>809.114</b>	<b>850.017</b>	<b>(4,81)</b>
Realizável a Longo Prazo	618.441	639.170	(3,24)
Investimentos	28.975	28.952	0,08
Imobilizado	159.682	179.800	(11,19)
Intangível	2.016	2.095	(3,77)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.978.287</b>	<b>2.439.837</b>	<b>(18,92)</b>

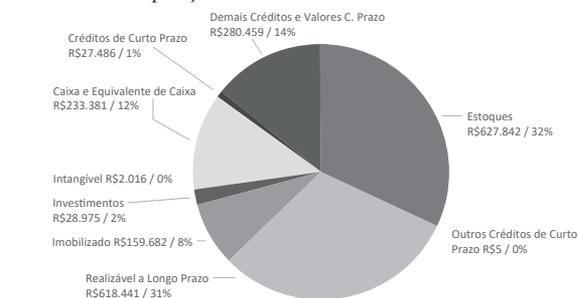
Fonte: Conab

Relativamente aos créditos classificados no grupo de estoques, que representaram 31,74% do total do ativo posicionado em 31.12.2017, cabe destacar o que se segue:

a) Mercadorias para revenda: R\$508.596 mil (81,00%) – Referem-se aos estoques públicos, formados a partir dos mecanismos relacionados à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, e destinados à comercialização por meio de pregão eletrônico. Parte dos estoques (milho) é vendido diretamente aos pequenos empreendimentos familiares, principalmente na Região Nordeste, no contexto do programa denominado de Vendas em Balcão.

b) Compra antecipada – Entrega Futura: R\$114.229 mil (18,19%) – Trata-se, nos termos da legislação que rege o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, de adiantamentos concedidos aos agricultores nas modalidades de Compra Antecipada – CPR Alimentos e Compra Especial da Agricultura Familiar.

Gráfico 4 - Composição do Ativo em 31/12/2018 – Em R\$ Mil



Fonte: Conab

## 2.2. Estrutura do passivo

Na comparação com o saldo posicionado em 31.12.2017, o Passivo Circulante experimentou um decréscimo nominal de 22,11%, em contraposição a retração de 26,46% observada no Ativo Circulante. Em consequência, a Companhia passou a possuir R\$0,73 de disponibilidades imediatas, estoques e créditos de curto prazo para fazer frente a cada R\$1,00 de dívidas de curto prazo, em contraposição a R\$0,75 do final do exercício de 2017 (liquidez corrente).

As Operações Especiais, que representam as obrigações junto ao Tesouro, por conta dos repasses para a operacionalização dos estoques públicos pela Companhia – formação dos estoques e despesas operacionais – apresentaram um saldo de R\$1.138.812 mil, em contraposição a R\$1.527.783 mil de 31.12.2017, evidenciando um decréscimo nominal de 25,46%. A participação sobre o conjunto das obrigações de curto prazo passou do patamar de 74,15% para 70,96%.

Tabela 12 - Estrutura do passivo

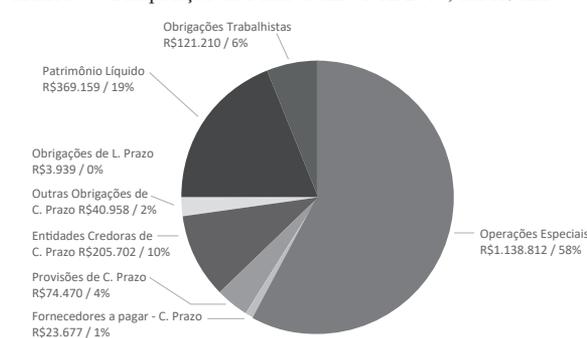
DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	31.12.2018	31.12.2017	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	1.604.828	2.060.281	(22,11)
Obrigações Trabalhistas (Prev. e Assistencial)	121.210	79.266	52,92
Operações Especiais	1.138.812	1.527.772	(25,46)
Obrigações em Circulação	344.806	453.243	(23,92)
Fornecedores e Contas a Pagar	23.677	23.857	(0,75)
Obrigações Fiscais	1.422	1.387	2,52
Provisões	74.470	92.598	(19,58)
Demais Obrigações de Curto Prazo	245.237	335.401	(26,88)
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	3.940	3.940	-
Obrigações Trabalhistas (Prev. e Assist.)	2	2	-
Provisões de L. Prazo	3.216	3.216	-

Continua...

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	31.12.2018	31.12.2017	
Obrigações Exigíveis a L. Prazo	722	722	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	369.519	375.616	(1,62)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	1.978.287	2.439.837	(18,92)

Fonte: Conab

Gráfico 5 - Composição do Passivo em 31/12/2018, em R\$ mil



Fonte: Conab

## 2.3. Capital Circulante Líquido

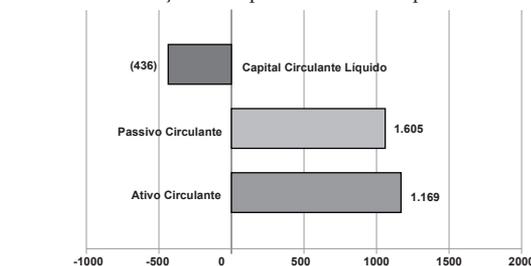
Em 31/12/2018 o Capital Circulante Líquido (Ativo Circulante menos Passivo Circulante) foi negativo em R\$435.655 mil. Comparativamente com o referido indicador posicionado em 31/12/2017, verifica-se que houve uma recuperação de R\$34.806 mil, já que, naquela ocasião, o saldo era negativo em R\$470.481 mil.

Tabela 13 - Formação do capital circulante líquido

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		
	31.12.2018	31.12.2017	DIFERENÇA
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	1.169.173	1.589.820	-420.647
<b>(-) PASSIVO CIRCULANTE</b>	1.604.828	2.060.281	-455.453
<b>(=) CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	-435.655	-470.461	34.806

Fonte: Conab

Gráfico 6 - Formação do Capital Circulante Líquido – 31.12.2018



Fonte: Conab

## VII. Desempenho operacional

Em cumprimento de sua missão institucional, e em conformidade com as suas competências estatutárias, a Conab, no transcorrer do exercício de 2018, teve uma forte atuação nos programas por ela executadas, com destaque para os que se seguem:

1. Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários e Escoamento de Produtos.

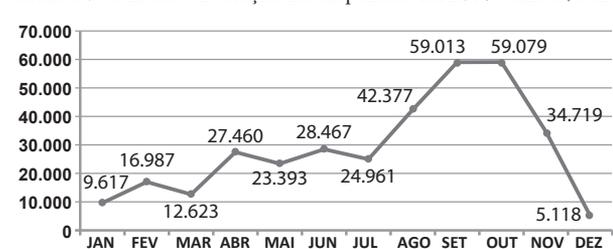
Além das Aquisições do Governo Federal - AGF e dos Contratos Públicos de Opção de Venda, a Conab também é responsável pela operacionalização dos instrumentos de política agrícola, a exemplo do Prêmio para Escoamento do Produto – PEP e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural – PEPRO, Subvenção Econômica aos Produtores Ex-

trativistas, entre outros instrumentos.

### 1.1. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO

Prêmio concedido ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. No transcorrer do exercício de 2018 foram aplicados R\$343.814. mil.

Gráfico 7 - PEPRO - Evolução dos dispêndios em 2018 – Em R\$ Mil

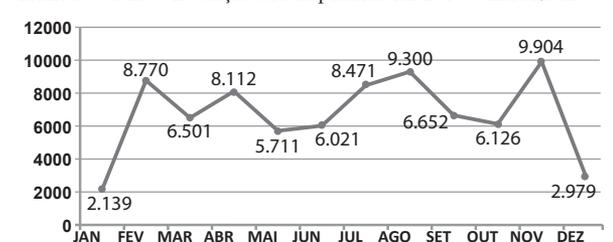


Fonte: Conab

### 1.2. Prêmio de Escoamento do Produto - PEP

Instrumento de política agrícola em que é concedido aos interessados em adquirir produtos diretamente ao produtor e/ou cooperativa, com garantia do valor de referência, sob a condição de proceder do escoamento da safra para a região de consumo. Os recursos aplicados atingiram o nível de R\$20.038 mil, sendo R\$5.405 mil de operações de exercícios anteriores.

Gráfico 8 - PEP – Evolução dos dispêndios em 2018 – Em R\$ Mil

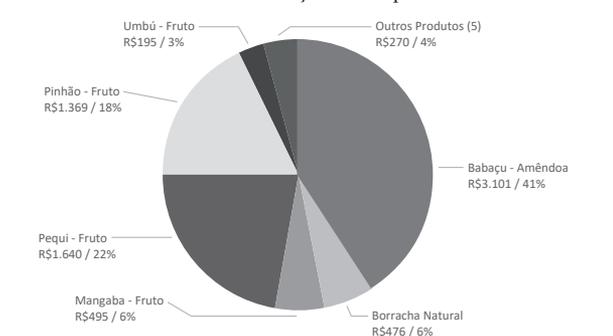


Fonte: Conab

### 1.3. Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção concedida diretamente aos extrativistas portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, ou ainda, às associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal. No exercício de 2018 foram pagos R\$7.600 mil, além de R\$1.955 mil de restos a pagar do exercício anterior.

Gráfico 9 - Extrativismo – Evolução dos dispêndios em 2017 – R\$ mil



Fonte: Conab

### 2. Formação dos Estoques Públicos

A Conab promove a aquisição de produtos pelo preço mínimo estabelecido ou oriundo de Contratos de Opção de Venda, destinados à composição dos Estoques Reguladores e Estratégicos. A administração desses Estoques é realizada pela Companhia, de forma a manter a re-

gularidade do abastecimento interno e da segurança alimentar e nutricional da população, além de regular os preços de mercado e garantir a estabilidade da oferta e demanda de alimentos.

Relativamente às aquisições de produtos por meio de Contratos de Opção, constitui-se em uma modalidade de seguro de preços que dá ao produtor rural e/ou sua cooperativa o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. Objetiva proteger o produtor rural e/ou sua cooperativa contra os riscos de queda de preços.

### 3. Comercialização dos Estoques Públicos

A intervenção governamental na comercialização dos estoques reguladores e estratégicos é realizada por meio de leilão eletrônico, observadas as necessidades de cada região ou quando identificadas áreas com altas de preços, com o propósito de regular o mercado, garantindo preços justos aos consumidores finais e eliminando ou atenuando os movimentos especulativos.

### 4. Programa de Aquisição de Alimentos

Em decorrência dos termos de cooperação firmados com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, a Conab é a responsável pela operacionalização do programa, cujo objetivo básico é o de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade, necessários às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, como também promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. As ações são desenvolvidas por meio das seguintes modalidades:

#### 4.1. Compra Direta da Agricultura Familiar

Sua finalidade é a de garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais, entre estas, extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais.

#### 4.2. Formação dos Estoques da A. Familiar – CPR Estoques

Tem como objetivo a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos de “A” e “E” do Pronaf, de forma a sustentar preços e agregar valor à produção. Atende ao mesmo público alvo da CDAF, devendo os agricultores estar organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

#### 4.3. Compra da A. Familiar com Doação Simultânea

Além de priorizar os agricultores familiares na compra de sua produção, objetiva atender as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares em todo o território nacional. Essa ação relaciona-se à parceria mantida com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

#### 4.4. Aquisição de Sementes

Em atendimento as demandas do INCRA e outras entidades públicas ligadas ao campo, a promoveu, através de chamada pública, a aquisição de sementes junto às cooperativas de pequenos produtores.

Durante o exercício em análise a execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, consideradas os diversos tipos de ações, beneficiou 9.675 famílias de agricultores familiares, e envolveu recursos da ordem R\$63.330 mil.

Tabela 14 - Execução do PAA - 2018

MODALIDADE DE ATENDIMENTO	Nº DE BENEFICIÁRIOS	RECURSOS APLICADOS - R\$1
COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA - CDS	8.974	57.566
FORMAÇÃO DE ESTOQUES PELA A. FAMILIAR - CPR	529	3.498
AQUISIÇÃO DE SEMENTES	172	2.266
<b>TOTAL</b>	<b>9.675</b>	<b>63.330</b>

Fonte: Conab

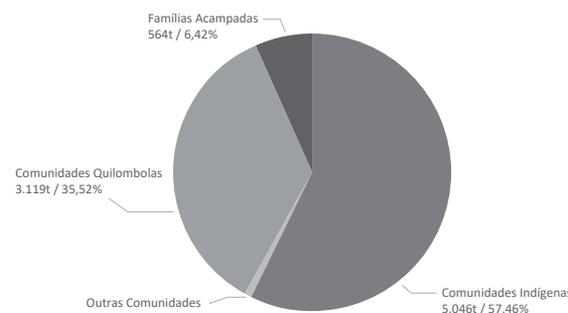
### 5. Programa de Distribuição de Alimentos

Trata-se de uma política pública de segurança alimentar, de caráter emergencial e complementar a outras iniciativas.

Inserido no contexto das políticas de segurança alimentar e nutricional, objetiva contribuir para a erradicação da fome, através da garantia às populações carentes o acesso à alimentação básica, principalmente aquelas classificadas como acampados, quilombolas, terreiros, atingidos por barragens, indígenas, marisqueiras/caragueijeiras, pescadores artesanais, vítimas de calamidades públicas.

No transcorrer do exercício de 2018, a Companhia promoveu a doação de cestas de alimentos a 407.880 famílias, correspondendo a 8.781 toneladas de alimentos.

Gráfico 10 - Distribuição de Cestas por Tipo de Beneficiário – 2018



Fonte: Conab

Mencione-se, ainda, a doação de alimentos dos estoques governamentais adquiridos da Agricultura Familiar, no total de 916 toneladas.

### 6. Programa de Vendas em Balcão

O programa, denominado de Vendas em Balcão, garante a oferta de milho dos estoques governamentais aos pequenos suinocultores, avicultores, granjeiros, moinhos coloniais e outros, em suas respectivas regiões, e a preços que propicie à viabilização desse tipo de empreendimento.

Em 2018, o programa beneficiou 32.896 clientes, comercializando 268.420 toneladas de milho, cuja receita auferida situou-se no patamar de R\$254.798 mil.

### 7. Ajuda Humanitária Internacional

Tem como objetivo prestar assistência humanitária, por meio de doação de alimentos, a países em situação de vulnerabilidade social e econômica, como também nos casos de calamidades públicas, provocadas por desastres. Em 2018 foi dado início ao atendimento a Gaza/Palestina, tendo sido embarcado 3.960 toneladas, de um total de 8.000 toneladas.

### 8. Execução dos Serviços de Armazenagem

Dispondo de uma rede de 92 complexos armazenadores (167 armazéns), com capacidade estática de aproximadamente 2,8 milhões de toneladas (1,68% da capacidade nacional), a Conab atua no segmento de forma supletiva, além de prestar suporte na manutenção dos

estoques públicos e dos programas sociais.

Além de sua rede própria, a Conab também promove o gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns composto por 16.835 armazéns cadastrados, com capacidade estática de 166,1 milhões de toneladas.

A propósito, no que concerne aos estoques públicos posicionados em 31/12/2018, estes somaram 831.631 toneladas, sendo 55.888 toneladas (6,72%) estocadas em armazéns da Conab, e 775.743 toneladas (92,28%) em armazéns de terceiros.

Tabela 15 - Formação do capital circulante líquido

PRODUTOS	ARM. PRÓPRIOS		ARM. TERCEIROS		TOTAL (t)
	t	%	t	%	
Arroz em Casca	0	-	24.897	100,00	24.897
Café	31	100,00	0	0	31
Cestas de Alimentos	3.616	100,00	0	0	3.616
Aquisições do PAA	218	100,00	0	0	218
Milho	49.070	6,15	749.196	93,85	798.266
Trigo	1.200	42,11	1.650	57,89	2.850
Outros Produtos	1.753	100,00	0	0	1.753
<b>TOTAL</b>	<b>55.888</b>	<b>6,72</b>	<b>775.743</b>	<b>93,28</b>	<b>831.631</b>

Fonte: Conab

### 9. Fomento ao Setor Varejista de Pequeno Porte

Por meio do programa denominado de “Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap”, a Conab está desenvolvendo ações com o objetivo de propiciar aos micros e pequenos varejistas de produtos básicos, um sistema de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seu empreendimento, mediante o suporte técnico necessário, acesso direto aos fornecedores e obtenção de financiamento para capital de giro.

Busca-se, dessa forma, a melhoria do suprimento alimentar às comunidades, pela oferta de produtos de qualidade e a preços acessíveis; maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação para os Municípios, por conta da formalização e expansão do comércio local. Outro ponto positivo a ser considerado refere-se à viabilização de um novo canal para o escoamento da produção da Agricultura Familiar.

### 10. Fiscalização dos Estoques Públicos

As ações de fiscalização dos estoques públicos em 2018 contaram com mais de 4.397 visitas in loco, quando foi realizada a vistoria quantitativa em 867 armazéns (considerado o número de vistorias em uma mesma unidade), de forma a identificar perdas, desvios e condições inadequadas de manutenção e conservação dos estoques, abrangendo um universo de 5.097.442 toneladas de produtos estocados.

O processo de fiscalização, cada vez mais intenso, vem contribuindo de forma decisiva para a mitigação dos índices de perdas e inibição de desvios, tendo sido observado uma redução dessas ocorrências. Em 2018 total de perdas/desvios foi de 2.858 toneladas, o que representou uma redução de 48,46% em relação a 2017.

Tabela 16 - Resultado da Fiscalização em 2018



**BALANÇO PATRIMONIAL**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Ativo	Nota	Valores em R\$ mil	
		2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>		1.169.173	1.589.820
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>		233.381	178.328
Aplicações Financeiras		1.607	1.159
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		190.465	177.169
Lim. de Saque c/Vinc. Pagto. Ordem Pagto - OFSS		41.849	0
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>	5	27.486	12.637
Clientes	5.1	27.486	12.637
<b>DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO</b>	6	280.459	348.232
Adiantamentos Concedidos	6.1	6.637	6.508
Adiantamentos a Pessoal		6.637	6.508
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2	195.284	215.827
Créditos Tributários		196.862	217.405
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(1.578)	(1.578)
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3	78.538	125.897
<b>ESTOQUES</b>	7	627.842	1.050.609
Mercadorias para Revenda		508.596	830.697
Materiais em Trânsito		1.112	109
Almoxarifado e Estoques para Distribuição		3.855	1.845
Estoques para Doação e/ou Permuta		50	0
Compra Antecipada - Entrega Futura		114.229	217.958
<b>VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE</b>		5	14
Despesas Antecipadas		5	14
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		809.114	850.017
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		618.441	639.170
Créditos a Longo Prazo	8	2.278	2.300
Clientes	8.1	2.278	2.300
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		2.278	2.300
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8.2	616.163	636.870
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		22	2
Tributos a Recuperar/Compensar		20	0
Depósitos Resituíveis e Valores Vinculados		58.757	78.238
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo		557.364	558.630
<b>INVESTIMENTOS</b>	4.6	28.974	28.952
Participações Permanentes		27.777	27.755
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		28.567	35.567
(-)Redução ao Valor Recuperável de Investimentos		(790)	(7.812)
Demais Investimentos Permanentes		1.197	1.197
Demais Investimentos Permanentes		1.197	1.197
<b>IMOBILIZADO</b>	4.8	159.683	179.800
Bens Móveis		17.131	22.283
Bens Móveis		108.925	108.783
(-)Depreciações		(91.794)	(86.500)
Bens Imóveis		142.552	157.517
Bens Imóveis		344.710	352.649
(-)Depreciações		(202.158)	(195.132)
<b>INTANGÍVEL</b>	4.8.1	2.016	2.095
<b>TOTAL</b>		1.978.287	2.439.837

Passivo	Nota	Valores em R\$ mil	
		2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>	9	1.604.828	2.060.281
<b>OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIT. A PAGAR</b>	9.1	121.210	79.266
Pessoal a Pagar		81.166	47.627
Encargos Sociais a Pagar		39.785	31.639
Benefícios Previdenciários a Pagar		259	0
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>	9.2	1.138.812	1.527.772
Operações Especiais		1.138.812	1.527.772
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>		344.806	453.243
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.3	23.677	23.857
Fornecedores Nacionais		2.072	1.587
Contas a Pagar Credores Nacionais		21.605	22.270
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.4	1.422	1.387
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios		1.422	1.387
Provisões de Curto Prazo	9.5	74.470	92.598
Provisões a Curto Prazo		74.470	92.598
Demais Obrigações a Curto Prazo		245.237	335.401
Adiantamentos de Clientes	9.6	1.556	1.998
Consignações	9.8	12.794	7.663
Depósitos Judiciais	9.8	2	5.139
Depósitos e Cauções Recebidos	9.8	8.904	3.965
Indenizações, Restituições e Compensações	9.8	10.527	10.820
Diárias a Pagar	9.8	1	14
Entidades Credoras	9.7	205.702	300.130
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.8	3.175	3.562
Valores em Trânsito Exigíveis	9.8	0	1
Subvenções a Pagar	9.8	2.576	2.109
<b>NÃO - CIRCULANTE</b>		3.940	3.940
<b>OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIT. A PAGAR</b>		2	2
Pessoal a Pagar		2	2
<b>PROVISÕES A LONGO PRAZO</b>	10	3.216	3.216
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		3.216	3.216
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO</b>		722	722
Depósitos e Cauções Recebidos		722	722
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		369.519	375.616
Capital	11.1	302.801	302.801
<b>RESERVAS</b>		66.718	72.815
Reservas de Lucros		66.718	72.815
<b>TOTAL</b>		1.978.287	2.439.837

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Detalhamento	Nota	Valores em R\$ mil	
		2018	2017
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	14.1	302.703	515.243
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS		271.425	481.446
Vendas Estoques Estratégicos		239.145	438.499
Vendas Estoques Reguladores-PGPM		32.280	42.947
RECEITA DE SERVIÇOS		31.278	33.797
Serviços de Armazenagem/Aluguéis		31.278	33.797
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	14.2	15.722	52.255
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS		286.981	462.988
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		258.645	399.755
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO	14.3	659.683	534.456
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	7.1	401.038	134.701
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	14.4	28.336	63.233
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	14.5	1.061.300	1.184.135
(-)DESPESAS DE PESSOAL		845.574	963.364
Remuneração a Pessoal		478.920	514.223
Sentenças Judiciais		32.389	37.826
Obrigações Patronais		167.597	187.031
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		21.545	25.830
Benefícios a Pessoal		15.732	16.835
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		129.391	181.619
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		215.726	220.771
Despesas/Receitas Financeiras		(156)	(116)
Consumo de Materiais		5.541	4.542
Diárias		6.037	4.329
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		2.052	2.319
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		175.752	180.784
Obrigações Tributárias e Contributivas		7.881	10.022
Outras Despesas Operacionais		18.619	18.891
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	14.6	104.593	61.105
Transferências Financeiras, Incorp. e Desincorporações		(9.214)	(78.615)
Multas e Juros de Mora		10.766	13.748
Indenizações e Restituições		16.865	11.724
Receitas de Valores Mobiliários		165	0
Receitas Diversas		86.011	114.248
(+)OUTROS RESULTADOS	14.7	22.812	(3.046)
Alienação de Bens Móveis		(539)	175
Alienação de Bens Imóveis		23.322	(442)
Desincorporação de Ativos		(54.173)	(70.368)
Incorporação de Ativos		54.202	67.589
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TES. NACIONAL		(905.559)	(1.062.843)
(+)SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	14.8	899.462	1.042.467
Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal		899.462	1.042.467
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(6.097)	(20.376)
Imposto de Renda a Recolher		0	0
Contribuição Social Sobre o Lucro a Recolher		0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12	(6.097)	(20.376)
LUCRO POR AÇÃO		(3,28)	(10,96)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Detalhamento	Nota	Valores em R\$ mil	
		2018	2017
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(6.097)	(20.376)
Outros Componentes do Resultado Abrangente		0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(6.097)	(20.376)

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	2018	%	2017	%
1.RECEITAS	325.494	37,65	512.178	50,86
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	302.682	35,01	515.224	51,16
1.2 - Outras Receitas	22.812	2,64	(3.046)	(0,30)
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	446.536	51,65	590.186	58,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	258.645	29,92	399.755	39,69
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	187.891	21,73	190.431	18,91
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(121.042)	(14,00)	(78.008)	(7,75)
4.RETENÇÕES	18.664	2,16	18.909	1,88
4.1 - Depreciação e Amortização	18.664	2,16	18.909	1,88
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(139.706)	(16,16)	(96.917)	(9,62)
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.004.211	116,16	1.104.044	109,62
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	104.749	12,12	61.577	6,11
6.2 - Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	899.462	104,04	1.042.467	104
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	864.505	100,00	1.007.127	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	864.505	100,00	1.007.127	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	845.574	97,81	963.364	95,65
Total	845.574	97,81	963.364	95,65
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	23.582	2,73	62.258	6,18
Total	23.582	2,73	62.258	6,18
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	1.446	0,17	1.881	0,19
Total	1.446	0,17	1.881	0,19
8.4 - Próprios				
8.4.4 - Juros Sobre o Capital Próprio	0	0,00	0	0,00
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	(6.097)	(0,71)	(20.376)	(2,02)
Total	(6.097)	(0,71)	(20.376)	(2,02)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Ativo	Nota	Valores em R\$ mil	
		2018	2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da CSLL		(6.097)	(20.376)
Disponibilidades liq. Aplic. nas atividades operacionais		60.525	75.268
Depreciações e Amortizações		18.664	18.909
Alienação de Bens		912	468
Doações de Bens Patrimoniais		(8)	(449)
Incorporação/Desincorporação em Investimentos		(29,00)	0
Outras Baixas de Bens		9	60.599
Redução (Aumento) em Clientes e Créd. Diversos a Receber		33.798	(76.064)
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários		20.556	(26.982)
Aumento nos Encargos Sociais a Pagar		8.146	1.384
Aumento em Adiantamentos e Pessoal a Pagar		33.342	10.995
Redução nas Despesas Antecipadas		9	15
Redução nas Operações Especiais e Estoques		33.808	212.774
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores		4.951	(37.105)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções		4.939	(2.763)
Aumento nos Dividendos a Pagar		0	0
Redução nas Provisões		(18.127)	(85.341)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		0	(7.397)
Redução nas Entidades Credoras		(94.815)	(53.021)
Redução (Aumento) nos Adiantamentos de Clientes		(442)	952
Redução nos Recursos Vinculados		14.344	57.079
Aumento nas Subvenções a Pagar		468	1.215
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.1	54.428	54.892
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aplicações no Imobilizado e Intangível		(4.831)	(5.603)
Recebimentos por Vendas de Ativo Permanente		5.456	169
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	13.2	625	(5.434)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Juros Sobre Capital Próprio Pagos		0	(1.830)
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		0	(1.830)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		55.053	47.628
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	13.3	55.053	47.628
No Início do Exercício		178.328	130.700
No Final do Exercício		233.381	178.328

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital realizado (em R\$ mil)	Reserva legal	Reserva de retenção do lucro	Lucros e prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
SALDO EM 01/01/2017	302.801	19.196	73.995	0	395.992
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(20.376)	(20.376)
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO			(20.376)	20.376	0,00
SALDO EM 31/12/2017	302.801	19.196	53.619	0	375.616
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(6.097)	(6.097)
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO			(6.097)	6.097	0,00
SALDO EM 31/12/2018	302.801	19.196	47.522	0	369.519

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Nota	Descrição
01	Contexto Operacional
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras
03	Alterações na Legislação Societária
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis
05	Créditos a Curto Prazo
06	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo
07	Estoques
08	Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo
09	Endividamento
10	Provisões a Longo Prazo
11	Patrimônio Líquido
12	Resultado Líquido do Exercício
13	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
14	Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
15	Demonstração do Valor Adicionado – DVA
16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
17	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA
18	Diversos Responsáveis em Apuração
19	Provisões e Contingências Passivas
20	Benefícios Concedidos aos Empregados
21	Remuneração dos Dirigentes e Empregados
22	Restos a Pagar – Recursos a Receber
23	Repasses e Termos de Execução Descentralizada - TED

**Nota 1 - Contexto Operacional**

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades ad-

ministrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 92 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

**Nota 2 - Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Lei 13.303, de 30/06/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016.

A partir do exercício financeiro de 2015, foi implantado o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adequando os dispositivos legais vigentes, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e aos Padrões Internacionais de Contabilidade do Setor Público, com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis, com a utilização de contas padronizadas, e com isso proporcionar maior transparência sobre as contas públicas.

A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União por utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total, teve as demonstrações financeiras adaptadas ao novo Plano.

Por força da Instrução Normativa – IN/TCU nº 63, de 01/09/2010 e IN/TCU nº 72, de 15/05/2013 e em consonância com as Decisões Normativas – DN/TCU nº 170, de 19/09/2018 e DN/TCU nº 172, de 12/12/2018, a Conab apresentará o relatório de gestão e informações suplementares, referentes a prestação de contas do exercício de 2018, cujas contas serão julgadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

**Nota 3 - Alterações na Legislação Societária**

As Leis nº 11.638/07, 11.941/09 e 13.303/16, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/16, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº

6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board (IASB)”.

**Nota 4 - Resumo das Principais Práticas Contábeis**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

**4.1. Caixa e Equivalente de Caixa**

Refere-se ao limite de saque da Conta Única, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos em 2019, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio, aquisições, manutenção dos estoques, subvenção, Termos de Execução Descentralizada e outros, e também aplicações financeiras de curto prazo. As aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em fundos extramercado.

**4.2 Créditos a Receber**

As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

**4.3 Estoques Públicos**

A formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

**4.3.1 Demais Estoques**

Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

**4.3.2 Valor Presente dos Estoques**

Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os estoques de mercadorias para alienação, foram comparados com a tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2018, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

#### 4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem

Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos. Estão provisionados no passivo circulante na conta denominada “Operações Especiais”.

#### 4.5 Almoxarifado

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

#### 4.6 Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$790 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$7.812 mil, em 31 de dezembro de 2017), destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

#### 4.7 Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

#### 4.8 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando as seguintes taxas anuais: mobiliário em geral – 10%, equipamentos de informática e veículos – 20%, edificações – 4%, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 162/98, com a composição a seguir:

Tabela 1 - Imobilizado- em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Bens Móveis	108.925	108.783
(-) Depreciação	(91.794)	(86.500)
Bens Imóveis	344.710	352.649
(-) Depreciação	(202.158)	(195.132)
Total	159.683	179.800

Fonte: Conab.

#### 4.8.1 Intangível

O total de R\$2.016 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.095 mil, em 31 de dezembro de 2017) e representa os valores de direito de uso de softwares, com amortizações mensais, com a composição a seguir:

Tabela 2 - Intangível- em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Softwares Vida Útil Definida	3.006	2.508
(-) Amortização	(990)	(413)
Total	2.016	2.095

Fonte: Conab.

#### 4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Nota Técnica Suprad nº 354, de 19/12/2018, apresenta avaliações feitas por engenheiro da Conab e pela Caixa Econômica Federal, de alguns imóveis, demonstrando seus valores a preços de mercado. Eles estão registrados, contabilmente, em valores originais, bem inferiores, razão pela qual não houve registros de valores de ajustes patrimoniais.

#### 4.10 Reconhecimento da Receita

##### 4.10.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, contemplando as apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes, oriundas do resultado das atividades próprias da Companhia.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

##### 4.11 Provisões Passivas

Encontra-se registrado no Passivo Circulante, as provisões vinculadas a processos judiciais, trabalhistas e cível, consideradas como sendo de futuro desembolso da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Jurídica – PROGE, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM Nº 594, de 15/09/2009, normatizado no CFC, pela 2014 NBC TG 25(R2).

O saldo existente é composto pelas provisões para causas trabalhistas e cíveis, suficientes para cobrir as prováveis liquidações de sentenças, a serem pagas em 2019.

Encontra-se também, registrado no Passivo Não Circulante, provisão para cobrir prováveis desembolsos com processos fiscais.

##### 4.12 Regime de Tributação

Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas, mensalmente, por estimativa, conforme parágrafo 4º, art. 31 da IN/RFB 1.700/17. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB 1.700/17).

#### Nota 5 - Créditos a Curto Prazo

##### 5.1 Clientes

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2018, está representado pelo montante de R\$27.486 mil (R\$12.637 mil, em 31 de dezembro de 2017), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagem, alugueis e outros.

#### Nota 6 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

O total de R\$280.459 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$348.232 mil, em 31 de dezembro de 2017), representa os Adiantamentos Concedidos, Tributos a Recuperar/Compensar e Outros Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo, conforme quadros a seguir:

##### 6.1 Adiantamentos Concedidos

O total de R\$6.637 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$6.508 mil, em 31 de dezembro de 2017), corresponde ao pagamento antecipado no período de férias, adiantamento de décimo terceiro salário, adiantamento para viagem, suprimento de fundos e auxílio transporte, conforme quadro a seguir:

Tabela 3 - Adiantamentos Concedidos - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Adiantamentos a Pessoal	6.623	6.495
Suprimento de Fundos	14	13
Total	6.637	6.508

Fonte: Conab.

##### 6.2. Tributos a Recuperar/Compensar

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Tabela 4 - Tributos a Recuperar/Compensar - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
ICMS a Recuperar/Compensar	195.518	213.768
IRRF e CSLL a Recuperar/Compensar	4.335	3.630
COFINS e PASEP a Recup/Compensar	9	7
(-) Ajuste p/Perda Demais Créd/Valores Curto.Prazo	(1.578)	(1.578)
Total de Créditos Tributários Circulante	192.518	215.827

Fonte: Conab.

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar, representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

##### 6.3 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo:

O total de R\$78.538 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$125.897 mil, em 31 de dezembro de 2017), é composto pelos valores citados no quadro abaixo, com maior relevância para os Créditos a Rec. por Alienação de Bens Imóveis, Créditos por Acertos Financeiros com Servidores e Ex-Servidores, relativos à participação dos empregados, a serem reembolsados à Companhia, referente a utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Contratuais, de processos de perdas de produtos, ajuizados e Recursos da União, que são valores a receber das equalizações, registrados até o período.

Tabela 5 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Créditos a Rec. Decorrentes de Infrações	3.163	10.576
Créditos a Rec. por Cessão de Pessoal	529	133
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Imóveis	10.128	1.142
Créditos p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores	28.859	26.318
Recursos da União	34.911	86.307
Créditos Parcelados	947	1.419
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	1	2
Total	78.538	125.897

Fonte: Conab.

#### Nota 7 - Estoques

O total de R\$627.842 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.050.609 mil, em 31 de dezembro de 2017), corresponde aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, Produtos da Agricultura Familiar – PAA, adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, Compra com Doação Simultânea – CDS, CPR Estoque e Aquisição de Sementes e apresentam a seguinte composição:

Tabela 6 – Estoques - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Estoques de Mercadorias para Revenda	508.596	830.697
Materiais em Trânsito	1.112	109
Almoxarifado e Estoques para Distribuição	3.855	1.845
Compra Antecipada – Entrega Futura	114.229	217.958
Estoques para Doação e/ou Permuta	50	0
<b>Total</b>	<b>627.842</b>	<b>1.050.609</b>

Fonte: Conab.

O total de R\$114.229 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$217.958 mil, em 31 de dezembro de 2017), representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas, nos exercícios anteriores e até dezembro de 2018, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade “Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar”, instituída a partir de maio de 2013, a liquidação somente se dará de forma financeira, cujos valores estão provisionados no passivo circulante, na conta: Entidades Credoras (Vide item 9.7).

#### 7.1 – Equalização de Preços

Em 31 de dezembro de 2018, o total da Equalização de Preços, alcançou o montante de R\$401.038 mil, proveniente em sua maioria das vendas do milho, das operações Mercado de Opções e da Política de Garantia dos Preços Mínimos – PGPM. No mesmo período do ano de 2017, o valor da Equalização totalizou R\$134.701 mil. Embora o valor das vendas em 2017 (R\$481.446 mil), tenha sido maior que em 2018 (R\$271.425 mil), a Equalização em 2017 foi bem menor, em razão das vendas de produtos com superávit, destacando-se o café.

A finalidade da atividade de formação de estoques públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento. Portanto, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização de preços para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo. Isso ocorre, quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com a operacionalização, incluindo também, as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit. Este valor é autorizado pelo Tesouro Nacional, a ser amortizado por meio de lançamento contábil, na conta de operações especiais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura desse déficit.

Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

#### Nota 8 - Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

##### 8.1 Clientes

Em 31 de dezembro/2018, o saldo da conta é de R\$2.278 mil (R\$2.300 mil, até 31 de dezembro de 2017), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços e apresenta a seguinte composição:

Tabela 7 – Clientes - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Clientes	2.278	2.300
<b>Total</b>	<b>2.278</b>	<b>2.300</b>

Fonte: Conab.

#### 8.2. Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo

O saldo de R\$616.163 mil, em 31 de dezembro/2018 (R\$636.870 mil, em 31 de dezembro de 2017), está composto pelos valores citados no quadro a seguir:

Tabela 8 – Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Adiantamentos Conc. a Pessoal e a Terceiros	22	2
Tributos a Recup./Compensar	20	0
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	58.757	78.238
Créditos por Alienação de Bens Imóveis	64.214	54.793
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex-Sevidores	510	559
Créditos a Recuperar	63	63
Duplicatas e Títulos em Contencioso	147	155
Créditos Parcelados	6.626	5.705
Créditos a Receber em Poder da Justiça	197	840
Títulos a Receber	149	228
Créditos a Rec. Decorrente de Infrações	80	0
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	485.375	496.204
Créditos por Infração Legal Contratual	0	80
Outros Créd. a Rec. e Valores a Longo Prazo	3	3
<b>Total</b>	<b>616.163</b>	<b>636.870</b>

Fonte: Conab.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados, referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais, depósitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial, sendo que a variação significativa no grupo Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, foi em função da baixa pelas liberações de parcelas às empresas Renascença Armazéns Gerais Ltda. e SPAM Representações Ltda., em conformidade com extrato da conta vinculada, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

Os depósitos restituíveis e os créditos a receber pendentes de decisão judicial, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos dos processos, favoráveis à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004, em face dos seus provisionamentos no passivo, à conta: Operações Especiais.

#### Nota 9 - Endividamento

Em 31 de dezembro de 2018, as obrigações do circulante, totalizaram o montante de R\$1.604.828 mil (R\$2.060.281 mil, em 31 de dezembro de 2017), com a seguinte composição:

9.1. Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O total de R\$121.210 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$79.266 mil, em 31 de dezembro de 2017), refere-se aos valores relativos a salários, remunerações e benefícios previdenciários a pagar, encargos sociais a pagar e apropriações mensais por competência, para pagamento de férias e respectivos encargos sociais.

#### 9.2. Operações Especiais

O total de R\$1.138.812 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.527.772 mil, em 31 de dezembro de 2017), refere-se aos registros dos diferimentos das receitas relativas aos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, os quais serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques, em atendimento a cronograma estabelecido pelo próprio Tesouro Nacional e recuperação dos créditos.

#### 9.3. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

O total de R\$23.677 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$23.857 mil, em 31 de dezembro de 2017), refere-se a liquidação de despesas com fornecedores, relativas a aquisições, manutenção dos estoques públicos, subvenção e outros, incluindo as aquisições de produtos da Agricultura Familiar, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

#### 9.4. Obrigações Fiscais a Curto Prazo

O total de R\$1.422 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.387 mil, em 31 de dezembro de 2017), refere-se às obrigações fiscais com a União, Estados e Municípios, com vencimentos no mês seguinte, demonstradas a seguir:

Tabela 9 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
COFINS a Recolher	1.124	1.055
PIS/PASEP a Recolher	244	229
ICMS a Recolher	16	1
ISS a Recolher	8	11
Recursos Fiscais	4	2
IPTU/TLP a Recolher	0	89
IPVA a Recolher	26	0
<b>Total</b>	<b>1.422</b>	<b>1.387</b>

Fonte: Conab.

#### 9.5. Provisões

O total de R\$74.470 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$92.598 mil em 31 de dezembro de 2017), representa os valores provisionados para cobrir prováveis liquidações de sentenças (Ações Trabalhistas e Cíveis) (Vide Nota 4.11). A redução foi decorrente das baixas em função das liberações pela Justiça Federal, de parcelas dos Depósitos judiciais, às empresas SPAM Representações Ltda. e Renascença Armazéns Gerais Ltda.

#### 9.6. Adiantamentos de Clientes

O total de R\$1.556 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.998 mil em 31 de dezembro/2017) refere-se aos valores recebidos antecipadamente de clientes, relativos às vendas de produtos, para entregas futura.

#### 9.7. Entidades Credoras

O total de R\$205.702 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$300.130 mil, em 31 de dezembro de 2017), registrado em Entidades Credoras, contempla o diferimento dos repasses de recursos, efetuados pelo Te-

souro Nacional, para aquisições de Produtor Rural – CPR – Alimento e Compra Antecipada – Entrega Futura, Estoques e Outros Créditos a Receber.

#### 9.8. Outras Obrigações

O total de R\$37.979 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$33.273 mil, em 31 de dezembro de 2017), refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 10 – Outras Obrigações - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Consignações	12.794	7.663
Depósitos Judiciais	2	5.139
Depósitos e Cauções Recebidos	8.904	3.965
Indenizações, Restituições e Compensações	10.527	10.820
Diárias a Pagar	1	14
Entidades Credoras – Estados, D.F. e Municípios	3.175	3.562
Valores em Trânsito Exigíveis	0	1
Subvenções a Pagar	2.576	2.109
<b>Total</b>	<b>37.979</b>	<b>33.273</b>

Fonte: Conab.

#### Nota 10 - Provisões a longo prazo

O total de R\$3.216 mil, em 31 de dezembro de 2018, representa os valores provisionados para cobrir prováveis pagamentos de débitos fiscais, referente a ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, no Estado de São Paulo (Vide Nota 4.11).

#### Nota 11 - Patrimônio Líquido

##### 11.1 - Capital Social

O Capital Social no valor de R\$302.801 mil, é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

#### Nota 12 - Resultado Líquido do Exercício

O resultado do balanço é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações das atividades próprias da companhia, representadas com maior relevância pelas receitas de prestação de serviços de armazenagem, alugueis, alienação de bens móveis e imóveis, receitas recebidas para gestão dos estoques públicos e outras, em contrapartida as despesas de depreciação, despesas executadas na fonte própria, reconhecimento da despesa por competência, das férias e décimo terceiro salário a pagar e seus respectivos encargos sociais e outras, que também sensibilizaram o resultado. Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou o prejuízo líquido de R\$6.097 (Prejuízo Líquido de R\$20.376 mil, até 31 de dezembro de 2017).

#### Nota 13 - Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

De acordo com a Lei 11.638/2007 e 2016NBCTG03(R3), a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

##### 13.1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

Até 31 de dezembro de 2018, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, apresentou o saldo de R\$54.428 mil (R\$54.892 mil, até 31 de dezembro de 2017) e representa o resultado das variações apresentadas nos exercícios, das principais atividades da Conab.

##### 13.2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$625 mil (negativo em R\$5.434 mil, em 31 de dezembro de 2017), representam aplicações no imobilizado e intangível e recebimentos por venda do ativo permanente.

##### 13.3 - Variação nas Disponibilidades

O valor de R\$55.053 mil, em 31 de dezembro de 2018 (R\$47.628 mil, em 31 de dezembro de 2017), referem-se às variações das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extramercado, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos e a disponibilidade da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representado por recursos próprios da Conab, recursos para pagamento de pessoal, consignações e recursos de terceiros para execução de Termos de Execução Descentralizada –TED, destinados à aquisição de produtos, para formação dos estoques públicos.

#### Nota 14 - Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

##### 14.1. Receita de Vendas e Serviços

As receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos Estoques Estratégicos, Reguladores e Receita de Armazenagem/Alugueis.

Os Estoques Estratégicos são formados por produtos comprados de produtores que adquiriram o contrato de opções junto à Conab, que fizeram a opção de vender os seus produtos em conformidade com o referido contrato. As vendas desses estoques são destinados ao Programa Venda em Balcão, com o objetivo de viabilizar os acessos de pequenos criadores e micro-agroindústrias.

Os Estoques Reguladores são formados por produtos adquiridos dos produtores rurais, Cooperativas e Associações, através da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM com o objetivo de garantir renda mínima aos produtores rurais, assegurar a regularidade do abastecimento nacional e o controle de preços. Em geral as vendas desses estoques são realizadas por meio de leilões.

A receita da prestação de serviços de armazenagem é oriunda da guarda e conservação de produtos agrícolas, recebidos e mantidos nos armazéns, de acordo com padrões e normas estabelecidos pela Companhia.

Tabela 11 – Receita de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Vendas Estoques Estratégicos	239.145	438.499
Vendas Estoques Reguladores – PGPM	32.280	42.947
Serviços de Armazenagem e Outros	31.278	33.797
<b>Total</b>	<b>302.703</b>	<b>515.243</b>

Fonte: Conab.

##### 14.2. Deduções das Receitas de Vendas e Serviços

Estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS e Descontos Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os totais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram de R\$15.722 mil e R\$52.255 mil, respectivamente.

##### 14.3. Custo das Mercadorias Vendidas

Representa as baixas dos estoques relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Tabela 12 – Custo das Mercadorias Vendidas - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
CMV Estoques Reguladores - PGPM/MO	659.683	534.456
<b>Total</b>	<b>659.683</b>	<b>534.456</b>

Fonte: Conab.

##### 14.4. Lucro Bruto Operacional

Em 31 de dezembro de 2018, o Lucro Bruto Operacional, apresentou o saldo de R\$28.336 mil (R\$63.233 mil, em 31 de dezembro de 2017), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços e Custo de Mercadorias Vendidas – CMV, mais a Equalização de Preços (Vide nota 7.1).

##### 14.5. Despesas Operacionais

Compreendem as despesas com pessoal e comerciais e administrativas, necessárias à manutenção da atividade da Companhia, conforme composição a seguir:

Tabela 13 – Despesas Operacionais - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Despesas de Pessoal	845.574	963.364
Despesas Comerciais e Administrativas	215.726	220.771
<b>Total</b>	<b>1.061.300</b>	<b>1.184.135</b>

Fonte: Conab.

##### 14.6. Receitas Operacionais Diversas

O total de R\$104.593 mil, até 31 de dezembro de 2018 (R\$61.105 mil, até 31 de dezembro de 2017), representa as variações aumentativas e diminutivas, incorporações e desincorporações, decorrentes das operações normais da Companhia, com destaque para as transferências financeiras realizadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com a manutenção e formação dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e dos Estoques Estratégicos, bem como repasses do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, para a execução dos Termos de Execução Descentralizada – TED.

Tabela 14 – Receitas Operacionais Diversas - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Receitas Operacionais Diversas	104.593	61.105
<b>Total</b>	<b>104.593</b>	<b>61.105</b>

Fonte: Conab.

##### 14.7. Outros Resultados

O total de R\$22.812 mil, em 31 de dezembro de 2018, (R\$3.046 mil, negativo, em 31 de dezembro de 2017), representa o resultado apurado na movimentação de bens, referente alienações, entrada e saída por doação, entrada e saída registradas pela SPUR/MPDG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio do sistema SPIUnet, referente imóveis cedidos à Conab, nos Estados do Espírito Santo e Paraíba.

Tabela 15 – Outros Resultados - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Alienação de Bens Móveis	(539)	175
Alienação de Bens Imóveis	23.322	(442)
Desincorporação de Ativos	(54.173)	(70.368)
Incorporação de Ativos	54.202	67.589
<b>Total</b>	<b>22.812</b>	<b>(3.046)</b>

Fonte: Conab.

##### 14.8. Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal

O total de R\$899.462 mil, em 31 de dezembro de 2018, (R\$1.042.467 mil, em 31 de dezembro de 2017), representa as transferências efetuadas pelo tesouro nacional, para cobrir gastos com pessoal, conforme segue:

Tabela 16 – Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	899.462	1.042.467
Total	899.462	1.042.467

Fonte: Conab.

#### Nota 15 - Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com a 2008NBC-TG09, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

a) Receitas – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

b) Insumos Adquiridos de Terceiros - custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício.

#### Nota 16 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico NBC TG 26 (R5) e demonstra as ocorrências no exercício/2017, acrescidas das modificações até 31 de dezembro de 2018, nas contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido.

#### Nota 17 - Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico NBC TG 26 (R5) e não apresentou registros que se enquadrem como Outros Componentes do Resultado Abrangente.

#### Nota 18 - Diversos responsáveis em apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas “Controles Devedores”, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos a multas previstas em contratos, perdas/desvios em armazenagem, de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa) e referem-se a perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão, na maioria, nos estados de Mato Grosso, Pará e São Paulo e também, os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade, dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, ocorridas com maior relevância no Estado de Goiás, perda em armazenagem de café, no estado de Minas Gerais e Outras. Até o 4º trimestre dos exercícios de 2018 - 2017, a conta 7.9.7.3.1.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração, apresentou os saldos a seguir:

Tabela 17 – Diversos responsáveis em apuração - em R\$ mil

Exercício	Saldo
2018	70.170
2017	74.145

Fonte: Conab.

#### Nota 19 - Provisões e Contingências Passivas

#### 19.1. Provisões Passivas

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

a) Trabalhistas: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, promoções, incorporação de funções gratificadas e outros.

b) Tributárias: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

c) Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferenças entre a inflação e planos econômicos, divergência de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagem e outros.

As Provisões Passivas foram reconhecidas, conforme informação jurídica, de acordo com os desfechos desfavoráveis dos processos, que poderão desencadear em prováveis desembolsos financeiros pela Companhia, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009, normatizado pela Resolução CFC Nº 1.180/2009.

As provisões demonstradas no quadro a seguir, até 31 de dezembro de 2018, alcançou o montante de R\$74.470 mil (até 31 de dezembro de 2017 R\$92.597 mil), que são suficientes para cobrir prováveis desembolsos. Até 31 de dezembro de 2018, o desembolso com Sentenças Trabalhistas, alcançou o montante de R\$32.388 mil (R\$37.825 mil, até 31 de dezembro de 2017). Os recursos orçamentários/financeiros que honraram os referidos desembolsos, foram repassados à Conab pelo Órgão Superior/MAPA.

Tabela 18 – Provisões Passivas - em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Trabalhista	61.035	66.869
Cível	13.435	25.728
Total	74.470	92.597

Fonte: Conab.

#### 19.2. Contingências Passivas

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidades de desembolsos do que as Provisões Passivas. São compostas das seguintes ações:

a) Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

b) Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, constituídas na maioria, por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de função e outros.

c) Tributárias: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Tabela 19 – Contingências Passivas - em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Cível	214.855	262.575
Trabalhista	207.806	227.613

Continua...

Tributária	57.681	55.522
Total	480.342	545.710

Fonte: Conab.

#### Nota 20 - Benefícios Concedidos aos Empregados

##### 20.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

Desde 2015, com o processo de saldamento, o Cibrius administra três planos de benefícios: Plano de Benefícios Conab, código CNPB nº 1979000719, Plano de Benefícios Conab Saldado, código CNPB nº 2015001492 e o Plano de Benefícios ConabPrev, código CNPB nº 2015001311.

São patrocinadoras do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, os citados Planos de Benefícios, exceto o Plano Conab Saldado, recebem contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente, é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

Foram aprovados instrumentos regulamentares para implementação do saldamento do Plano de Benefícios Conab, sua Cisão e um Plano saldado e a criação de um novo Plano de Benefícios, na modalidade de Contribuição Definida – BD. Após a aprovação pelas instâncias internas da Conab a Proposta de Saldamento foi submetida e aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – SEST e pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, sendo encaminhada à Advocacia Geral da União, que solicitou informações complementares, que foram prestadas e, no momento encontra-se no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para os encaminhamentos finais. Após tais procedimentos e com base nos termos contratuais foi registrado na conta 8.1.2.3.1.02.01 – Contratos de Serviços em Execução, o valor de R\$691.556 mil, correspondente ao contrato Conab/Cibrius.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais, são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

##### 20.2 Serviço de Assistência à Saúde - SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Tesou-

ro Nacional, com participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2017/2019, em vigor, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2018, foi gasto com o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, o montante de R\$39.897 mil, beneficiando os empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2018, referente à participação financeira dos empregados é de R\$28.780 mil.

#### **Nota 21 - Remuneração dos Dirigentes e Empregados**

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2018 e 2017, as remunerações dos dirigentes e empregados, foram as seguintes:

Tabela 20 – Maior e menor remuneração

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Maior Remuneração Dirigente	30.355,62	30.355,62
Menor Remuneração Dirigente	30.355,62	30.355,62
Maior Remuneração Empregado	33.763,00	33.763,00
Menor Remuneração Empregado	2.037,06	1.975,00

Fonte: Conab.

Tabela 21 – Salário Médios

Descrição	Exercício	
	2018	2017
Dirigentes	30.355,62	30.355,62
Empregados	5.438,07	5.354,34

Fonte: Conab.

#### **Nota 22 - Restos a Pagar - Recursos a Receber**

O montante de R\$270.165 mil, referente a recursos a receber registrado no grupo, está assim representado:

##### **22.1 Restos a Pagar Autorizado por Destaque**

De acordo com procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 6 – Procedimentos Para o Encerramento do Exercício Atual e de Abertura do Exercício Seguinte, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, foi registrado o total de R\$170.474 mil, relativo aos Termos de Execução Descentralizada – TED, firmados entre a Conab e outros Órgãos, cujos recursos financeiros serão recebidos no exercício subsequente, para pagamentos dos Restos a Pagar e estão registrados nas contas 8.2.2.2.4.09.01 – Restos a Pagar Autorizado por Destaque – Inscrição, registrado na unidade Gestora 135100 – Matriz, conforme segue:

a) R\$114.982 mil, Termo de Execução descentralizada – TED, recurso a ser repassado pela Unidade Orçamentária e Financeira/COPEC/MF, Tesouro Nacional, referente ao Programa de Garantia e Sustentação/Preços (Produtos Agropecuários -EQGAR e Produtos da Agricultura Familiar – GARAF), para pagamento de subvenção.

b) R\$55.467 mil, Termo de Execução descentralizada – TED, recurso a ser repassado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/MDS, para aquisição de produtos da Agricultura Familiar.

c) R\$25 mil, Termo de Execução descentralizada – TED, recurso a ser repassado pela Secretaria de Política Agrícola – SPA/ MAPA, para fiscalização do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR.

##### **22.2 Restos a Pagar Autorizado – Inscrição**

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme procedimentos definidos no manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 6. – Encerramento do Exercício, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, foi registrado o total de R\$99.690 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar Processados e não Processados, cujos recursos ainda não foram liberados, com a seguinte composição:

a) R\$56.749 mil: Termo de Execução Descentralizada – TED, recurso a ser repassado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, referente aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados no exercício de 2018, decorrentes de despesas e aquisições de produtos da Agricultura Familiar.

b) R\$42.941 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2019.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na conta “8.2.2.2.4.01.02 – Restos a Pagar Autorizado – Inscrição, na UG 135100.

#### **Nota 23 - Repasses e Termos de Execução Descentralizada - TED**

Relativamente às transferências financeiras, no período de janeiro a dezembro/2018, foram recebidos os valores a seguir:

Para o Programa de Garantia de Sustentação de Preços - EQGAR e Programa de Garantia Sustentação de Preços da Agricultura Familiar – GARAF (Termos de Execução Descentralizada – TED), foram recebidos o total de R\$30.648 mil, para execução no exercício corrente e R\$403.407 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para operacionalização do Programa da Agricultura Familiar – PAA (Termos de Execução Descentralizada – TED), foi recebido o total de R\$4.853 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para atender Sentenças Judiciais - Cíveis, foi recebido o total de R\$29.374 mil, para execução no exercício corrente.

Para atender o Programa para Formação de Estoques da PGPM e Mercados de Opções, foram recebidos o total de R\$326.143 mil, para execução no exercício corrente e R\$25.000 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para levantamentos da safra do café, foi recebido o total de R\$533 mil, para execução no exercício corrente.

Para o mapeamento de áreas cultivadas para café e arroz irrigado, foi recebido o total de R\$106 mil, para execução no exercício corrente.

Para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, Extrativismo e Outros, foi recebido o total de R\$2.374 mil, para execução no exercício corrente e R\$697 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, destinado à aquisição da produção de agricultores familiares, com vistas a doação de alimentos adequados e saudáveis a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, com recursos oriundos de Emendas Parlamentares do exercício de 2018, foi recebido o total de R\$1.524 mil, para execução no exercício corrente.

Para o fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações por meio do PAA, foi recebido o total de R\$3.498, para execução no exercício corrente.

Para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, assinado com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Secretaria de

Política Agrícola – SPA, foi recebido o total de R\$42.158 mil, para execução no exercício corrente e R\$45.237 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2018

**FRANCISCO MARCELO RODRIGUES BEZERRA**  
Diretor-Presidente

**MARCUS LUIS HARTMANN**  
Diretor-executivo de Gestão de Pessoas

**FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA**  
Diretor-executivo de Operações e Abastecimento

**WALDENOR CEZÁRIO MARIOT**  
Diretor-executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA**  
Diretora-executiva de Política Agrícola e Informações

**GOIAZIRE DA SILVA BORGES**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC DF 011907/O-8 CPF: 127554271-91

Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, levantado em 31.12.2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente, do valor adicionado, do fluxo de caixa, as notas explicativas e o relatório de administração. A nossa opinião sobre as citadas demonstrações contábeis será exposta neste relatório.

As demonstrações contábeis, acima referenciadas, foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, e alterações promovidas pela Lei n.º 11.638, de 28.12.2007, e n.º 11.941, de 27.5.2009, aplicáveis às empresas públicas de direito privado.

#### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é a responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para mitigar os riscos e permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis isentas de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade da Auditoria Interna**

Nossa responsabilidade é a de opinar sobre as demonstrações contábeis, em cumprimento ao disposto no inciso VI, artigo 3.º, do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.º 10.104).

Os exames específicos (auditorias contábeis-financeiras e de avaliação da gestão) abrangeram as Superintendências Regionais de Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Tocantins e Matriz. Ademais, a Audin realizou avaliações mensais e anual das demonstrações contábeis da Companhia. As análises se basearam nas normas de auditoria interna e nas técnicas e procedimentos de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a materialidade, relevância estratégica, criticidade da matéria auditada e o sistema de controles internos da Companhia; b) as constatações com base em testes das evidências e dos documentos que suportaram os valores e as informações contábeis divulgadas; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia; e d) avaliação dos controles internos com base no modelo “Controle Interno – Estrutura Integrada” desenvolvido pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway - COSO 2013.

#### **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, lidas em conjunto com as notas explicativas, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, exceto quanto aos possíveis impactos que poderão advir dos assuntos mencionados na seção “Base para opinião com ressalva”.

#### **Base para opinião com ressalva**

1. Constatou-se a ocorrência de despesas com serviços de comunicação de dados de longa distância, relativas ao período de julho a dezembro de 2017, contabilizadas em 2018, no montante de R\$ 1.983 mil. Tal ocorrência se constitui em descumprimento ao princípio contábil da competência com reflexos, de igual valor, no resultado apurado no presente exercício.

2. No processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, ocorrido em dezembro de 2015, foi apurado deficit atuarial de responsabilidade da Conab, na condição de patrocinadora do citado Plano, no montante de R\$ 691.526 mil. Em 22 de março de 2016 foi assinado, entre a Conab e o Cibrius, Termo Contratual de Confissão e Parcelamento de Dívida, no qual a Conab assumiu o compromisso de efetuar os repasses ao Cibrius, relativos ao deficit sob comento, em 228 parcelas mensais. A citada importância foi registrada no Ativo do Cibrius, em dezembro/2015, como direito a receber da Conab, logo após a concretização do saldamento, observando que este foi devidamente aprovado pelos órgãos competentes (STN, DEST, PREVIC, MAPA e Conab).

A Companhia efetuou registro contábil nas contas de controle 7.1.2.3.1.02.00 – Contratos de Serviços e 8.1.2.3.1.02.01 – Contratos de Serviços em Execução, no valor de R\$ 691.555 mil. Cabe observar que o citado registro não tem reflexos no patrimônio da Conab, visto que foi feito em conta não patrimonial. Apesar de a Conab, até a presente data, não ter feito repasses ao Cibrius a título de pagamento do deficit atuarial de sua responsabilidade, entende-se que a obrigação da Companhia se configurou no momento em que se concretizou o processo de saldamento do antigo Plano de Benefícios Conab, logo, a importância citada deveria ter sido registrado no patrimônio da Companhia como obrigação para com o Instituto. Considerando, ainda, que tais recursos advirão do Tesouro Nacional, a Conab poderia registrar tal direito em seu ativo.

3. A avaliação de controle interno evidenciou que a Companhia ainda não realizou a gestão de riscos nas atividades contábeis e financeiras. Assim, os controles instituídos não foram baseados em riscos.

4. A Companhia não realizou estudo formal para avaliar a existência de eventual perda ou desvalorização do ativo imobilizado e intangível, conforme disciplina o § 3.º do art. 183 da Lei 6.404/76 (teste de impairment) e, por essa razão, não é possível inferir se as importâncias de R\$ 159.682 mil e R\$ 2.015 mil, as quais correspondem aos valores líquidos do ativo imobilizado e intangível, respectivamente, poderão ser recuperáveis no futuro pela sua venda ou uso.

#### **Outros assuntos**

##### **a) Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício encerrado em 31.12.2018 e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

##### **b) Relatório de administração**

Examinamos, também, os dados contábeis e financeiros constantes no Relatório da Administração e constatamos que estes refletem adequadamente as informações expressas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2018.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019

**João Gonçalves Filho**  
Auditor Interno  
CRC/DF 018584/O-7

**Oswaldo Gonçalves Pateiro**  
Auditor Interno  
CRC/RJ n.º 094366

**Rafael George Fontana**  
Auditor Interno  
CRC/DF n.º 23968/O-6

**Geraldo Majela Roberto Alves Júnior**  
Auditor Interno  
CRC/DF 21507/O-0

**Aline Kelly Ribeiro Soares de Oliveira**  
Auditora Interna  
CRC/PB n.º 10834/O-4

**Daniel Santana Abreu**  
Gerente de Auditoria  
CRC/GO n.º 021732/O

À Diretoria e Acionistas da  
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.  
Brasília/DF

### **Opinião sem Ressalva.**

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades estão descritas na seção: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, conforme princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneiras compatíveis com o objetivo de apresentação adequada.

f) As práticas contábeis e avaliação de controles mencionados foram adotadas nos trabalhos de revisão de auditoria nas empresas controladas, objetos de equivalência patrimonial reconhecida na Controladora.

g) Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

h) Esses assuntos seriam descritos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgações públicas do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

### **Parágrafo Ênfase**

As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Companhia e atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios.

A CONAB tem a missão institucional de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento da União (Governo Federal), e recebe do Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento montantes para o pagamento das contas a pagar (nota explicativa nº 1), e é integrante do Orçamento Geral da União, portanto a Companhia é uma empresa pública dependente. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do Valor Adicionado**

As Demonstrações do Valor Adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da CONAB, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para formação de nossa opinião avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesses Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às Demonstrações Contábeis individuais tomadas em conjunto.

#### **Auditoria do exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de fevereiro de 2018, que conteve as seguintes modificações:

1. A auditoria independente não acompanhou a contagem física oficial dos estoques correspondente aos saldos em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 1.050.609 mil, tendo em vista que a contratação ter sido realizada em 21 de fevereiro de 2018. Também não foi possível realizar procedimentos alternativos de auditoria objetivando validar a contagem dos estoques, haja vista que os controles são descentralizados e localizam-se em distantes lugares espalhados por diversos pontos de armazenagem de todo o País.

2. Não apresentação dos testes do valor recuperável de ativos “impairment” dos bens do ativo imobilizado cujo saldo era de R\$ 179.800 mil e investimentos com saldo de R\$ 28.952 mil em 31 de dezembro de 2017, não permitindo a análise da recuperabilidade desses ativos nas operações normais da CONAB e a eventual necessidade de constituição de provisão.

Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2019.

#### **TBRT - ITIKAWA AUDITORES INDEPENDENTES**

CRC 2SP021239/O-9 “S” DF

**Nivaldo Saburo Yamamoto**

Contador

CRC 1SP195282/O-9

O Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Valor Adicionado, da Demonstração dos Fluxos de Caixa; da Demonstração do Resultado Abrangente e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após aprovação do Conselho de Administração – Consad da Companhia, constante dos Pareceres, de 21 de fevereiro de 2019, com as ressalvas apontadas no Parecer da Unidade de Auditoria Interna, de 18 de fevereiro de 2019, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Conab, exceto pelos efeitos: dos assuntos descritos na Carta Recomendação dos Auditores Independentes e na seção intitulada “Base para opinião com ressalva” do Relatório da Unidade da Auditoria Interna; das solicitações/recomendações não atendidas pela Companhia ao longo do exercício e da não entrega de documentos. Tomou, ainda, conhecimento da proposta de absorção do prejuízo apurado em 31 de dezembro de 2018, o qual foi compensado pelas reservas de lucro e aprovado pelo Consad em seu Parecer, de 21 de fevereiro de 2019, e manifesta-se favoravelmente, conforme dispõe o inciso III do art. 163 da Lei nº 6.404/76.

Brasília-DF, 7 de março de 2019.

**ISAMARA BARBOSA CAIXETA**  
Presidente

**LIZANE SOARES FERREIRA**  
Conselheira Suplente

**LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**  
Conselheira Titular

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Conab, no uso de suas atribuições legais e estatutárias em Reunião Ordinária realizada nesta data, examinou a Demonstração do Resultado do Exercício, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, considerando o contido no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, de 14 de fevereiro de 2019, resolve APROVÁ-LOS, exceto pelas ressalvas constantes no Relatório da Unidade de Auditoria Interna sobre as Demonstrações Contábeis da Conab, e submetê-los à Assembleia-Geral Ordinária.

Brasília-DF, 21 de março de 2019

**RAPHAEL VIANNA DE MENEZES**  
Presidente do Conselho

**ANTONIO SÁVIO LINS MENDES**  
Conselheiro

**FERNANDO COIMBRA JÚNIOR**  
Conselheiro

**FRANCISCO DE ASSIS XAVIER SEGUNDO**  
Conselheiro

**RAFAEL ASFORA DE MEDEIROS**  
Conselheiro